

CRÉDITO RURAL E INCLUSÃO PRODUTIVA DAS MULHERES AGRICULTORAS

Estudo sobre o acesso das
mulheres da região Nordeste
ao crédito PRONAF
nos últimos 5 anos

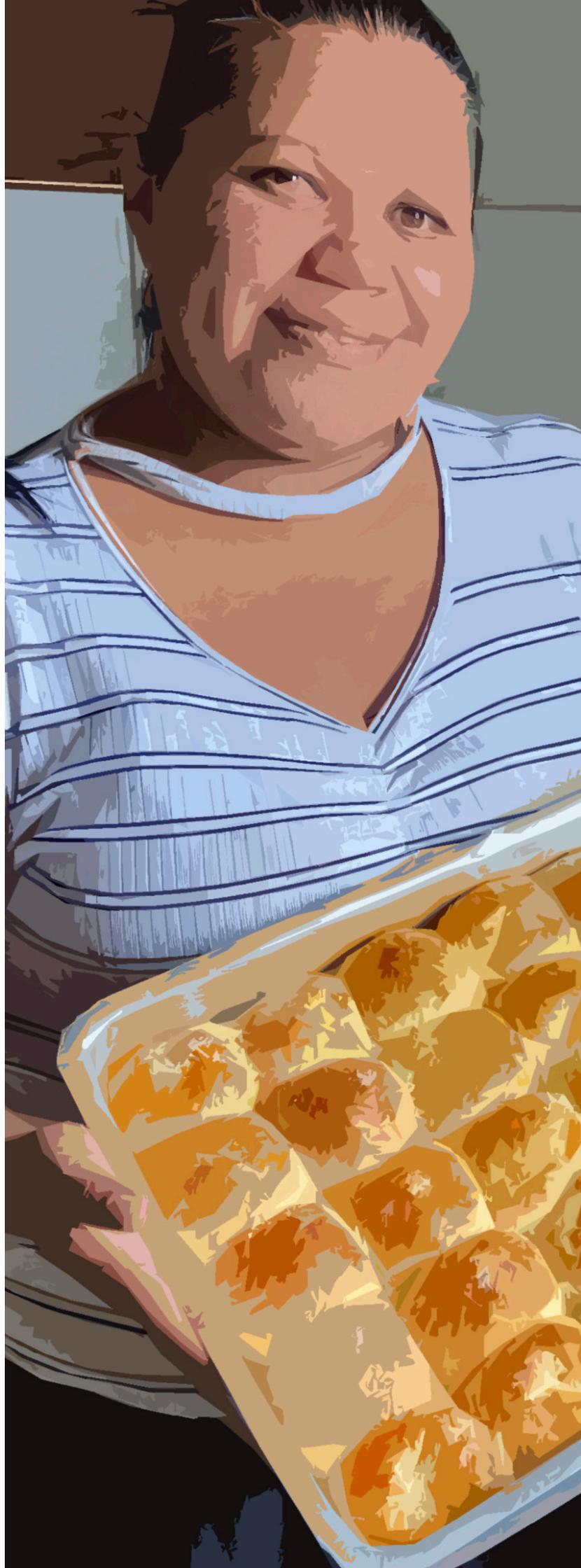


O Centro de Conhecimento e de Cooperação Sul-Sul e Triangular do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), localizado em Brasília, em conjunto com instituições parceiras, conduz estudos sobre questões de desenvolvimento rural relevantes para o contexto da América Latina e Caribe, com atenção especial aos pobres e vulneráveis vivendo em áreas rurais. Como uma organização global, com um mandato único para promover o desenvolvimento de pequenos produtores rurais, o FIDA busca estimular o compartilhamento de conhecimento, inovação e o compromisso de investir na população rural.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente as do FIDA. As denominações utilizadas nesta publicação e a maneira como os dados nela contidos são apresentados não implicam, por parte do FIDA, qualquer julgamento sobre o status legal de países, territórios, cidades ou áreas, ou suas autoridades, nem quanto à delimitação de suas fronteiras ou áreas. Os nomes “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, quando utilizados, são escolhas convenientes do ponto de vista estatístico, sem necessariamente representar qualquer julgamento sobre o estágio alcançado no processo de desenvolvimento de uma determinada região ou país.



Centro de Conhecimento
Cooperação Sul-Sul e Triangular
América Latina e Caribe



Crédito rural e inclusão produtiva das mulheres agricultoras

Estudo sobre o acesso das mulheres da região Nordeste ao crédito PRONAF nos últimos 5 anos

Autor: Célia Hissae Watanabe

Design gráfico: Ane Louise Gaudert

© FIDA 2022

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-92-9266-296-7

Contato: LAC_Knowledge@ifad.org



SUMÁRIO

1. Apresentação	8
2. O trabalho da mulher na agricultura familiar, um cenário de desigualdades	10
3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	14
Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP	14
4. O PRONAF e o Nordeste Brasileiro	16
5. Panorama de acesso, segundo gênero, nos últimos 5 anos	18
Acesso ao Crédito Pronaf comparativo entre as macrorregiões brasileiras	18
Dados comparativos entre os estados do Nordeste	22
6. O PRONAF e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	26
7. Questões inerentes ao acesso e não acesso ao PRONAF	28
8. O acesso ao crédito rural pelas mulheres	30
9. O que levar em conta para melhorar o acesso ao crédito rural pelas mulheres	36
10. Considerações finais	38
11. Anexos	39

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

A todas as agricultoras familiares que transformam o mundo rural em suas lidas diárias, em especial as que colaboraram com essa pesquisa, apresentando suas experiências, perspectivas, demandas e reflexões.

Ao Consórcio Nordeste, presidido pelo Governador de Pernambuco, sr. Paulo Câmara. Ao Secretário Executivo Carlos Eduardo Gabas, pelo compromisso e atenção dada ao trabalho em tela. Agradecimentos especiais à Subsecretária Maria Fernanda Ramos Coelho, por sua dedicação e brilhante condução das demandas assumidas pela Câmara Temática da Agricultura Familiar e ao Subsecretário Sergio Caetano Leite.

Ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, ao Gerente de Programas para o Brasil, Klauss Reiner. Agradecimentos especiais ao Oficial de Programas para o Brasil, Sr. Hardi Michel Wulf Vieira, que acompanhou atentamente as etapas da pesquisa, interagindo com informações e diálogos essenciais. Ao GT de Equidade de Gênero nos Projetos do FIDA, pela escuta, troca de informações e aconselhamentos no decorrer dos trabalhos.

Ao Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura familiar nos Estados do Nordeste, em nome de Patrícia Vasconcelos, Secretária da Agricultura Familiar do Piauí, que, juntamente com Maria Fernanda Coelho e Hardi Viera, atuaram no desenho e na execução da pesquisa.

Pela receptividade, diálogos, disponibilização de informações e apoio às idas ao campo, agradeço ao Secretário da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba, Bivar de Sousa Duda, e ao Assessor Técnico, Geovanni Medeiros Costa; à Secretária de Agricultura Familiar do Piauí, Patrícia Vasconcelos; ao Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia, Wilson Dias, ao Coordenador do Projeto Pró- Semiárido, Augusto Cesar Maynard, e à Assessora de Gênero do Pró-Semiárido, Elizabeth Siqueira. Agradeço às respectivas assessorias técnicas e extensionistas pelas informações e acompanhamento às idas ao campo.

Ao Gerente Executivo Estadual do Banco do Nordeste na Bahia, Robson Guimaraes de Melo; à Gerente Executiva de Desenvolvimento Territorial, Marilda Cristina Galindo, e ao Agente de Desenvolvimento, José Meneses de Lima Júnior, da Superintendência da Bahia; e à pesquisadora do Escritório Técnico do BNB, Maria Odete Alves, pelos diálogos e reflexões.

Aos Gestores(as), assessores(as) de crédito dos órgãos de ATER e extensionistas dos estados do nordeste.

A Iolita Domingos Barbosa Campos, pela criteriosa revisão dos textos.

A Denise Cardoso, presidenta da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) e equipe; a Joara Silva de Oliveira, Presidenta da Cooperativa Mista dos Cafeicultores de Barra do Choça e região LTDA (COOPERBAC) e equipe, pela recepção afetuosa e disposição para o diálogo com as mulheres agricultoras.

A Camilla Batista, Regina Dantas, Michela Calaça e Jackson Santos, pelas reflexões necessárias e aconselhamentos sempre bem-vindos.

SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar
ASPTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste
CAF	Cadastro da Agricultura Familiar
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
COOPERBAC	Cooperativa Mista de Cafeicultores de Barra do Choça e Região
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP	Declaração de Aptidão do Pronaf
DPMRQ	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas
EMATER-PI	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
ETENE	Escritório Técnico do Banco do Nordeste
FECOPI	Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Piauí
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS-NE	Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste
PDHC	Projeto Dom Helder Câmara
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PIIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PROAGRO/DEROP	Programa da Garantia da Atividade Agropecuária/Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROGERE	Programa de Geração de Emprego e Renda no meio Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SICOR	Sistema de Operações do Crédito Rural
SIRAF	Sistema de Informação da Agricultura Familiar do Nordeste
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUSAF	Sistemas Estaduais de Defesa e Inspeção Agropecuária
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UFV	Universidade Federal de Viçosa
VIGISAN	Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

1. Apresentação

A trajetória de desenvolvimento agrícola no Brasil passou por vários ciclos de investimento público nas grandes monoculturas, deixando de lado a então denominada pequena produção e sua diversidade. A resistência e organização dos diferentes sujeitos do campo levaram à criação de um conjunto de políticas públicas, programas e projetos para a agricultura familiar a partir de 2003, e conquista do reconhecimento formal enquanto importante categoria econômica no país, suas características e enquadramento (Lei 11.326/2006). Quanto à inclusão produtiva das mulheres dos campos, das florestas e das águas, foi criado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) uma Assessoria Especial, responsável pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), que posteriormente deu lugar à Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ). Esse espaço incidiu nas ações afirmativas e construção de políticas específicas para mulheres rurais, em atenção, direito à documentação, acesso à terra e organização produtiva.

A interrupção desse ciclo de governos alinhados com o propósito de fortalecimento da agricultura familiar resultou na extinção dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para a Juventude, cujas ações foram reorganizadas em outras pastas, com substancial mudança de rumos. Esse momento conjuntural permitiu uma importante reflexão quanto ao formato das ações de inclusão e redução das desigualdades nas políticas públicas de Estado, fortes e consolidadas.

Na região Nordeste, uma ação inovadora reuniu, em 2015, secretários estaduais responsáveis pelas políticas públicas para a agricultura familiar, com o fito de discutir a identidade regional no trato das questões inerentes à gestão pública de forma articulada entre si e com a sociedade civil, por meio dos movimentos sociais representativos, a exemplo da CONTAG, CONTRAF, ASA e MST. Como consequência, foi criado o **Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar no Nordeste**.

Em maio de 2018, foi criado o GT de mulheres do Fórum, espaço de troca de experiências, de articulação das ações nos estados e de construção de ações conjuntas para inclusão de mulheres rurais, envolvendo gestoras e agricultoras familiares. Também, nesse mesmo período, foi criado o GT Equidade de Gênero nos Projetos apoiados pelo FIDA, com a finalidade de monitorar as ações de inclusão produtiva das mulheres rurais.

Rosa Maria Soares Dias, de Areia, Paraíba.
Foto: Célia Watanabe



Em março de 2019, governadores e governadora da região instituíram o **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste**, importante “instrumento jurídico, político e econômico de integração”. Face à organização do Fórum de Gestores e Gestoras das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, o Consórcio Nordeste criou a Plataforma de Investimentos (Resolução 03/2020) e o Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste, PAS-NE (Resolução 09/2020). Para bem incidir nas políticas públicas, definiu pela criação das Câmaras Temáticas, e a da Agricultura Familiar foi a primeira a ser criada em fevereiro de 2021. Nesse ano, assinou Acordo de Cooperação com a ASA para a campanha *Tenho sede*, e criou o Sistema de Informação da Agricultura Familiar do Nordeste (SIRAF), além de propor a Integração dos Sistemas Estaduais de Defesa e Inspeção Agropecuária, por meio da Criação do SUSAF/NE, tendo como princípio o fortalecimento dos Serviços de Inspeção dos Municípios, entre outros.

A Câmara Temática definiu como um dos eixos de atuação do PAS-NE o **Protagonismo Feminino** com objetivo de fomentar a inclusão produtiva das mulheres rurais, razão pela qual definiu pelo presente estudo sobre o acesso ao crédito PRONAF, em análise comparativa de gênero.

A pesquisa contou com um levantamento de dados junto à Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, pesquisas bibliográficas, reuniões com gestores e gestoras do Fórum das Políticas Públicas para a agricultura familiar do Nordeste e suas respectivas equipes; diálogos com profissionais do Banco do Nordeste (BNB) e do Escritório Técnico do BNB (ETENE); diálogos com coordenadores e assessores de crédito dos órgãos estaduais de ATER; visitas a grupos de agricultores familiares nos estados da Paraíba, Piauí e Bahia; reuniões com o GT de Equidade de Gênero nos Projetos apoiados pelo FIDA; reuniões com a Câmara Temática da Agricultura da Familiar do Consórcio Nordeste e com o Oficial de Projetos do FIDA.

2. O trabalho da mulher na agricultura familiar, um cenário de desigualdades

O padrão conservador de produção de commodities fomentado pelo Estado a partir da segunda metade do século passado, baseado na modernização do campo, possibilitou que o Brasil se tornasse um país de destaque na produção agrícola mundial. Mas o êxito econômico não se desdobrou em desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo. O modelo agrícola concentrou renda, provocou fluxos migratórios do rural para os centros urbanos, ampliou a pobreza e a desigualdade social e econômica. Esse cenário se agravou ainda mais a partir dos anos 1990, com o neoliberalismo, relegando à pobreza a população excluída dos bens de produção ou detentoras de pequenas propriedades.

A permanência das famílias rurais no campo, segundo Wanderley (2004) envolve projetos familiares, suas expectativas de suprimento das necessidades materiais, direito a serviços básicos, educação de filhos, entre outras questões.

A população que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade que, por um lado, dinamiza a vida local [...] e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local (WANDERLEY, 2004, p. 83).

O Brasil rural requer melhorias de infraestrutura que atenda as demandas básicas e aperfeiçoamento das políticas públicas para os diferentes segmentos, que ofereça melhores condições de permanência no campo, especialmente, aos mais jovens, combinando a presença no meio urbano no cotidiano de suas vidas.

A composição dos papéis dos membros da família na sociedade reproduz o desenho patriarcal dos homens provedores e mediadores entre os espaços público e privado em um traçado de relações moralmente hierárquicas, com mulheres obedientes aos homens em escalas geracionais. Restritas ao mundo privado, as mulheres são, historicamente, responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, qual seja, cuidados com o lar, maternidade, criação e educação dos filhos. As relações se reproduzem com mães donas de casa criando suas filhas para continuidade do modelo. São elementos que Hirata e Kergoat (2007) problematizam na conceituação da divisão sexual do trabalho, a partir dos componentes culturais das relações sociais de gênero. O conceito refere-se às diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho que indicam desigualdades sistemáticas e refletem processos que a sociedade se utiliza para hierarquizar atividades segundo os sexos. Incide sobre as mulheres o trabalho doméstico, exigindo-lhes a conciliação de tarefas no vínculo com o trabalho profissional.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos [...] Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e, das mulheres, à esfera reprodutiva e, simultaneamente, à apropriação pelo homem das funções de maior valor social adicionado (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

O trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo das mulheres no meio rural se interrelacionam e, “na naturalização das atribuições de gênero, as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como partes das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa” (SCHEFLER, 2007, p. 157), ambos igualmente desvalorizados e desconsiderados como trabalho, colocando-as em uma condição de subalternidade e de exclusão. Executoras de múltiplas funções, pesa sobre elas uma extensa jornada de trabalho com feitos invisibilizados. A multifuncionalidade da mulher lhe retira a possibilidade de demarcar espacial e temporalmente sua atividade produtiva e sua condição de trabalhadora, prevalecendo o papel de mãe de família, cuidadora e ajudante de seus esposos. O termo *ajuda* remete a uma “conotação moral e ao sentido de laços de solidariedade que devem unir marido e mulher, em geral utilizada como complementaridade do trabalho” (SCHEFLER, 2007, p. 157-158)

Inclusão Produtiva das mulheres rurais – quando se encontram em algum patamar de organização social, se apoiam, umas nas outras, para discutirem coletivamente seus problemas, desafios e caminhos; buscam informações sobre as políticas públicas, dialogam com as estruturas de Estado, reivindicam. Se já possuem serviços de ATER, encontram apoio junto às equipes técnicas, estabelecendo uma relação continuada de confiança e de troca de conhecimentos.

Entretanto, a ausência dos mecanismos organizativos e de assistência técnica as coloca em uma condição de maior vulnerabilidade. A falta de informações ameaça o acesso aos direitos já conquistados, a exemplo dos benefícios previdenciários, fomentos produtivos, ingresso nos mercados.

O conjunto de demandas por políticas públicas que atendam as questões das mulheres segue pressionado por vários fatores, dentre os quais: i) fim de programas e políticas nacionais; ii) descaso do governo federal em suas ações que reafirmam a misoginia e ramificações do ódio; iii) tragédias climáticas (secas e enchentes); iv) impactos da crise pandêmica causada pelo COVID e pelo negacionismo; v) agravamento dos casos de violência contra as mulheres; vi) aumento da pobreza e extrema pobreza, retorno do país ao mapa da fome.

Quando o país se viu tomado pela pandemia do Covid 19, a população foi levada ao isolamento social como meio de preservação da vida devido à agressividade da contaminação e da letalidade. Ainda que no meio rural as formas de isolamento tenham sido menos tensas de que nas cidades, em função da menor densidade demográfica, o impedimento da interação social, aliado à estrutura da sociedade patriarcal, influenciou o aumento de casos de violência doméstica. A condução do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos no campo das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres foi negligente, executando apenas 30% do orçamento para esse fim em 2020, no pior momento da pandemia, mesmo em condições de flexibilização do regramento fiscal e das normas contratuais. Dos R\$ 71,11 milhões executados em 2021, R\$ 35,14 milhões era referente a restos a pagar.¹

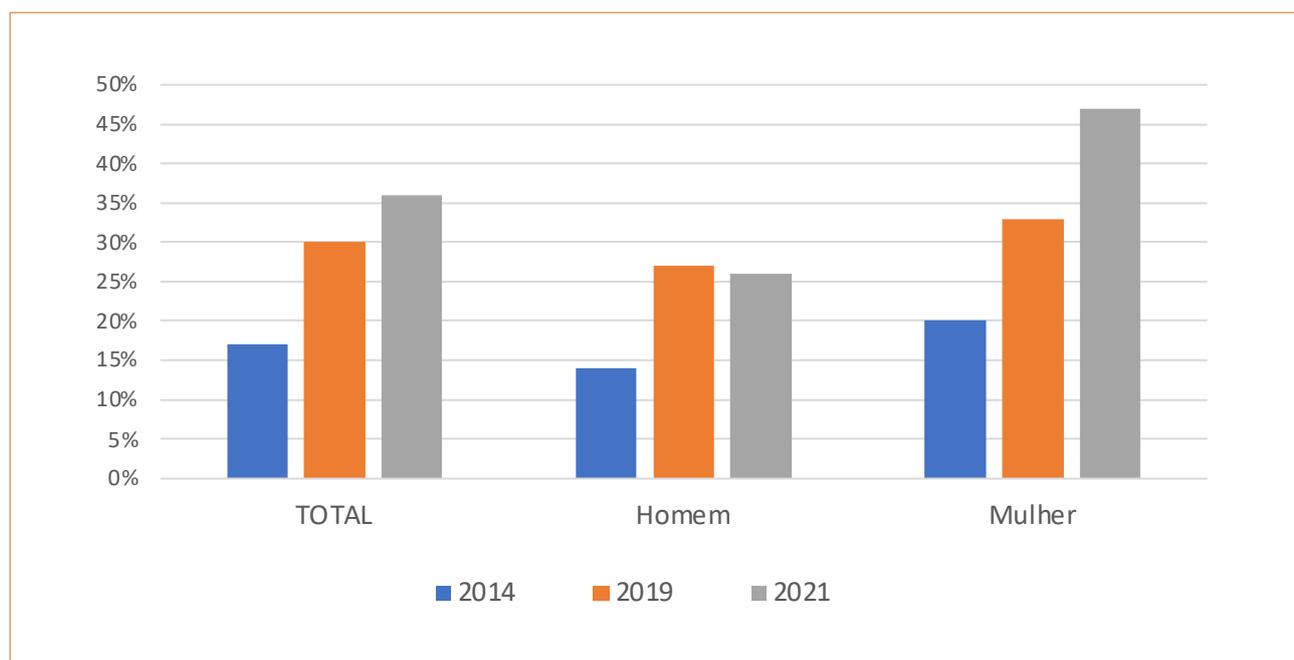
Nos momentos mais graves da pandemia, o trânsito de pessoas em vários municípios foi bloqueado, dificultando o escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar e, com isso, a renda das famílias agricultoras caiu significativamente.

Toda comunicação passou a ser virtual e, considerando que no meio rural a comunicabilidade digital é mais precária, as mulheres encontraram dificuldades para se manterem ativas em seus organismos coletivos, além de, em alguns casos, transparecer para os seus parceiros que nada faziam, quando na verdade se encontravam ainda mais sobrecarregadas pelas tarefas do cuidado com a saúde, diante da vulnerabilidade a qual todos foram expostos.

Marcelo Neri (2022), ao analisar os dados do Gallup World Poll sobre a insegurança alimentar da população brasileira na pandemia, informa sobre o aumento expressivo da fome, alertando para o fato de que desde 2014 quando o país saiu do mapa da fome da ONU, a proporção da população com falta de dinheiro para comprar alimentos era de 17%; destes, 14% de homens e 20% de mulheres. Em 2019, houve um retrocesso com índice total de 30% nessa mesma situação, na qual homens e mulheres tiveram aumento na mesma proporção. Já em 2021, no segundo ano da pandemia, o índice total de pessoas com falta de dinheiro para comprar comida foi de 36% com um agravante: os homens diminuíram 1% em relação a 2019, saindo de 27% para 26%, e as mulheres aumentaram em 14%, passando de 33% para 47%, sugerindo, no dizer do autor, a feminilização da fome.

Corroborando com os estudos da FGV Social, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apresentou, recentemente, os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em tempos da Pandemia da COVID 19.² A Rede vem acompanhando os níveis de segurança e insegurança alimentar do povo brasileiro, que vem empobrecendo progressivamente, em decorrência da precarização da vida, combinada com a ausência do tratamento adequado às políticas públicas por parte do Estado. Um levantamento realizado entre novembro de 2021 e abril de 2022, em 577 municípios brasileiros, incluindo todas as macrorregiões, aponta, em seus dados gerais, maiores índices de insegurança alimentar grave nos espaços rurais, comparados aos centros urbanos:

GRÁFICO 1: Falta de dinheiro para comprar comida, total por sexo (%)



Fonte: FGV Social/Gallup World Poll, in: Neri (2022).

TABELA 1:

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural).

	BRASIL	URBANA	RURAL
Segurança Alimentar	41,30%	42,2 %	36,20%
Insegurança Alimentar Leve	28,00%	27,9 %	28,30%
Insegurança Alimentar Moderada	15,20%	14,9 %	16,90%
Insegurança Alimentar Grave	15,5%	15 %	18,60%

Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

TABELA 2:

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil

	HOMENS	MULHERES
Segurança Alimentar	46,40%	35,90%
Insegurança Alimentar Leve	28,50%	27,40%
Insegurança Alimentar Moderada	13,20%	17,40%
Insegurança Alimentar Grave	11,90%	19,30%

Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

TABELA 3:

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil

	BRANCA	PRETA/PARDA
Segurança Alimentar	53,20 %	35,00 %
Insegurança Alimentar Leve	25,90 %	29,20 %
Insegurança Alimentar Moderada	10,30 %	17,70 %
Insegurança Alimentar Grave	10,60 %	18,10 %

Fonte: II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Na leitura por sexo, são as mulheres as mais vulneráveis em situação de Insegurança alimentar leve, moderada e grave.

Quando se trata de recorte segundo raça/cor da pele, a população branca é a que possui melhores índices de segurança alimentar e a população autorreferida preta e parda enfrenta altos índices de insegurança alimentar.

O relatório segue afirmando que a limitação à obtenção de alimentação suficiente e adequada pelas famílias brasileiras constitui violação do preceito constitucional no Brasil. São 125,2 milhões de pessoas em condições de insegurança alimentar, entre as quais, 33 milhões passam fome, situando-se no quadro de insegurança alimentar grave.

Violência, pobreza e fome afetam as mulheres e mulheres negras de maneira desigual. O tratamento homogêneo das políticas, nesse contexto de discriminações, produz e reforça essas desigualdades em todos os campos da sociedade e obstrui a caminhada delas pela autonomia econômica. É preciso que as políticas públicas combinem ações que incidam sobre as bases da opressão ao gênero feminino e, com isso, garantir as condições reais para uma vida digna.

3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é importante conquista, resulta de amplas mobilizações e reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em movimentos representativos do campo. Criado para apoiar a, então denominada, pequena produção com ações diferenciadas. Em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, o PROVAPE, como meio de fomentar a produção dos(as) agricultores (as) e suas famílias. No ano seguinte, deu lugar ao PRONAF, incluindo novos contornos que possibilitaram adequações quanto aos recursos e metodologias de financiamento da produção, dando passos para se consolidar como uma política pública de desenvolvimento rural com geração de trabalho, emprego e renda, em especial a partir da incidência de operações de crédito para custeio e investimento.

O PRONAF foi, gradativamente, se configurando enquanto uma política pública, disponibilizando diferentes linhas de financiamento da produção da agricultura familiar. Para fazer jus ao Programa, é necessário que os (as) agricultores (as) estejam em conformidade com o que preconiza a Lei 11.326/2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e estejam devidamente enquadrados na Declaração de Aptidão ao PRONAF, a DAP³.

Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP

Declaração de aptidão ao Pronaf – DAP: Leva em consideração os requisitos de qualificação, conforme descrito a seguir⁴:

- **Grupo “A”:** agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
- **Grupo “B”:** agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23.000,00.
- **Grupo “A/C”:** agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.
- **Grupo “V”:** agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 500.000,00.

Integrantes da Associação Mulheres Guerreiras, de Cocal de Telha, Piauí.
Foto: Natalina Alves



A DAP principal identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), Titular 1 e Titular 2 quando for o caso, podendo ter a DAP Jovem para filhos, filhas ou sob a responsabilidade do titular entre 15 e 29 anos⁵ e

DAP Mulher para agregadas à UFPA, modalidades consideradas “acessórias”. Há também a possibilidade de empreendimentos familiares rurais requererem a DAP Especial ou Jurídica a partir da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4. O PRONAF e o Nordeste Brasileiro

Segundo Alves (2015), após a criação do crédito PRONAF, verificou-se uma concentração deste em determinadas regiões e baixa adesão na região Nordeste, demandando estratégias diferenciadas. Como resposta, o Governo Federal, empenhado em incluir os agricultores mais vulneráveis, criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o PRONAF B. Entretanto, as dificuldades de acesso persistiam, o que levou o Banco do Nordeste a instituir, em 2005, uma metodologia específica de operacionalização do PRONAF B, o Agroamigo, inspirado em uma linha de microcrédito para o público urbano, o Crediamigo. O Banco do Nordeste buscou maior agilidade na concessão do crédito, redução da inadimplência, ampliação de beneficiários e melhorias na qualidade de atendimento. Considerando o êxito das operações, em 2012, o BNB ampliou essa metodologia, passando a operacionalizar o Agroamigo Crescer com agricultores enquadrados na DAP B e o Agroamigo Mais, para financiamento nos valores atuais de R\$ 6.001,00 a R\$ 20.000,00. Para beneficiários(as) enquadrados na DAP V, prevalece o acompanhamento e planos simplificados, sem bônus de adimplência.

O Agroamigo é operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC)⁶. Configura-se, dentre outras características por: i) assessoria de microcrédito rural oferecida por profissional de nível médio, preferencialmente técnico agrícola com vivência no rural; ii) atendimento na própria comunidade; iii) crédito gradativo e sequencial; iv) não há exigências de garantias reais no caso do PRONAF B (Agroamigo Crescer), podendo contemplar garantias reais e pessoais na modalidade Agroamigo Mais; v) valores de crédito, parcelas e prazos dependem dos ciclos produtivos das atividades financiadas (ALVES, 2015, p. 163).

Segundo o censo agropecuário de 2006, 46,68% dos(as) agricultores(as) familiares se enquadravam no grupo “B”. Ao considerar essa proporção apenas entre pronafianos, o grupo “B” chega ao patamar de 59,17% no país, e, do universo de enquadrados nesse grupo em 2006, 64,89% eram do Nordeste. Em 2017, foram identificados 1.640.708 pronafianos do grupo B, representando 60,03% em relação ao país, conforme dados sistematizados nas tabelas 4 e 5.

TABELA 4: Agricultores familiares segundo enquadramento no PRONAF Censo Agropecuário 2006 – IBGE

PAÍS, REGIÃO	TOTAL	NÃO PRONAFIANO	PRONAF A	PRONAF B	PRONAF C	PRONAF D	PRONAF E
Brasil	5.175.636	1.092.710	533.454	2.416.127	782.982	287.464	62.899
Nordeste	2.454.060	379.127	212.091	1.567.863	238.209	45.698	11.072
Sul	1.006.203	223.518	60.982	269.668	266.742	154.223	31.070
Sudeste	922.097	292.373	38.238	356.526	160.803	59.705	14.452
Centro Oeste	317.498	117.586	80.661	67.752	37.512	11.523	2.464
Norte	475.778	80.106	141.482	154.318	79.716	16.315	3.841

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

TABELA 5: Agricultores familiares segundo enquadramento no PRONAF Censo Agropecuário 2017: IBGE

PAÍS, REGIÃO	TOTAL	NÃO PRONAFIANO	PRONAF B	PRONAF V
Brasil	3.897.408	25.733	2.732.790	1.138.885
Nordeste	1.838.846	1.629	1.640.708	196.509
Sul	665767	13482	254157	398128
Sudeste	688945	6402	401723	280820
Centro Oeste	223275	2949	116627	103699
Norte	480575	1271	319575	159729

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Chama a atenção o fato de que, em 2006, um total de 1.092.710 agricultores familiares não estavam inscritos na DAP, o que representava 21,11% do total e apenas 25.733, ou seja, 0,66% em 2017. Na região Nordeste, o Censo Agropecuário de 2006 listou 379.127 agricultores e agricultoras e apenas 1.629, em 2017, nessa condição. Esse crescimento na procura e emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF deve-se ao cenário de ampliação do volume de crédito ofertado, bem como da implementação de várias outras políticas públicas destinadas ao segmento possuidor de tal enquadramento.



Arnélia de Oliveira Novaes,
de Barra do Choça, Bahia.
Foto: Célia Watanabe

5. Panorama de acesso, segundo gênero, nos últimos 5 anos

O Brasil é um país diverso com biomas distintos e características de ocupações diferenciadas a partir de cada contexto. São questões que configuram perfis da agricultura familiar diferentes nas grandes regiões, considerando suas identidades, histórico social e político, tradições, cultura entre outros fatores. Tais diferenças recaem diretamente nas políticas públicas, inclusive no alcance ao crédito.

Os dados de acesso ao PRONAF reforçam essa heterogeneidade, quando se comparam quantidade de contratos, valores totais, tickets médios por região. Tendo como base de análise as informações obtidas na Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil/ Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural Proagro (Derop) – e do Sistema de Operações do Crédito Rural Proagro (Sicor), identificou-se um mosaico de diversidades entre os estados brasileiros e a configuração de uma estratégia regional Nordeste bem definida, com ênfase no microcrédito.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, há uma predominância de gestão dos estabelecimentos pelos homens, e as mulheres são responsáveis por apenas 19,75 % do total no Brasil; na região Nordeste, elas respondem por 446.425 propriedades, o que representa 24,28%. A organização das atividades da família na agricultura apresenta certa tendência a nominar os homens como chefes de família, mesmo que, na prática, não seja ou que haja o compartilhamento das responsabilidades pela produção.

Acesso ao Crédito Pronaf – comparativo entre as macrorregiões brasileiras

Tomando-se por base dados gerais da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil sobre o acesso ao PRONAF por homens e mulheres nos últimos 5 anos, observa-se uma constância em termos percentuais quanto a esta possibilidade por gênero, número de contratos e tickets médios (Tabelas 6 e 7).

Em todas as regiões brasileiras, os homens acessam mais contratos de crédito se comparado às mulheres, e a região Nordeste registra menores diferenças de gênero. Para ilustrar, no ano de 2021 (Tabelas 06 e 07), as mulheres foram signatárias de 47,04% dos contratos, porém apenas 35,67% dos recursos, cujos tickets médios foram de R\$ 8.349,96 (homens) e R\$ 5.212,50 (mulheres). Essa tendência se mantém no período estudado com pequenas variações.

Nas demais regiões, o ingresso ao microcrédito não possui tanta relevância, conforme a média dos valores contratados com destaque para a região Sul, única a expressar ticket médio acessado por mulheres superior aos dos homens nos últimos 3 anos, embora alcancem apenas de 11,34% a 14,02% dos recursos.

TABELA 6: Número de contratos de operações de crédito PRONAF por gênero e por regiões brasileiras

2017					
REGIÕES	HOMENS		MULHERES		TOTAL CONTRATOS
	CONTRATOS	%	CONTRATOS	%	
Nordeste	446.683	54,35	375.174	45,65	821.857
Sudeste	153.737	72,82	57.394	27,18	211.131
Sul	371.876	88,54	48.117	11,46	419.993
Centro Oeste	34.680	82,14	7.542	17,86	42.222
Norte	38.676	78,85	10.375	21,15	49.051
TOTAL	1.045.652	67,71	498.602	32,29	1.544.254
2018					
Nordeste	433.009	55,20	351.449	44,80	784.458
Sudeste	144.607	72,93	53.680	27,07	198.287
Sul	352.536	88,43	46.110	11,57	398.646
Centro Oeste	34.352	80,37	8.391	19,63	42.743
Norte	36.556	77,73	10.473	22,27	47.029
TOTAL	1.001.060	68,05	470.103	31,95	1.471.163
2019					
Nordeste	397.068	55,19	322.338	44,81	719.406
Sudeste	125.397	73,59	45.013	26,41	170.410
Sul	339.410	88,23	45.262	11,77	384.672
Centro Oeste	30.534	78,96	8.138	21,04	38.672
Norte	33.891	78,86	9.085	21,14	42.976
TOTAL	926.300	68,30	429.836	31,70	1.356.136
2020					
Nordeste	416.393	54,01	354.597	45,99	770.990
Sudeste	129.032	72,35	49.315	27,65	178.347
Sul	347.594	87,68	48.855	12,32	396.449
Centro Oeste	32.635	79,10	8.623	20,90	41.258
Norte	36.085	78,17	10.078	21,83	46.163
TOTAL	961.739	67,10	471.468	32,90	1.433.207
2021					
Nordeste	395.807	52,96	351.530	47,04	747.337
Sudeste	131.063	71,84	51.372	28,16	182.435
Sul	352.991	86,80	53.675	13,20	406.666
Centro Oeste	33.594	77,98	9.488	22,02	43.082
Norte	42.872	77,31	12.584	22,69	55.456
TOTAL	956.327	66,64	478.649	33,36	1.434.976

Fonte: Elaborada a partir da Matriz de Crédito Rural Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022

TABELA 7: Valores contratados por gênero e por regiões brasileiras

ANO	REGIÕES	HOMENS			MULHERES			TOTAL
		VALORES	%	TICKET MÉDIO	VALORES	%	TICKET MÉDIO	VALORES
2017	Nordeste	2.101.142.408,13	63,64	4.703,88	1.200.235.516,01	36,36	3.199,14	3.301.377.924,14
	Sudeste	3.374.730.429,09	86,72	21.951,32	516.951.680,62	13,28	9.007,07	3.891.682.109,71
	Sul	10.091.923.561,16	88,66	27.137,87	1.290.974.915,69	11,34	26.829,91	11.382.898.476,85
	Centro Oeste	1.336.643.255,36	83,65	38.542,19	261.231.753,35	16,35	34.636,93	1.597.875.008,71
	Norte	1.218.669.630,22	81,36	31.509,71	279.192.562,47	18,64	26.910,13	1.497.862.192,69
	TOTAL	18.123.109.283,96	83,63	17.331,87	3.548.586.428,14	16,37	7.117,07	21.671.695.712,10
2018	Nordeste	2.380.386.497,67	63,91	5.497,31	1.344.338.226,86	36,09	3.825,13	3.724.724.724,53
	Sudeste	3.437.337.186,78	86,98	23.770,20	514.669.604,28	13,02	9.587,73	3.952.006.791,06
	Sul	10.760.664.595,22	88,52	30.523,59	1.394.892.095,60	11,48	30.251,40	12.155.556.690,82
	Centro Oeste	1.438.936.030,89	82,57	41.887,98	303.756.264,87	17,43	36.200,25	1.742.692.295,76
	Norte	1.280.558.982,48	80,48	35.030,06	310.508.317,50	19,52	29.648,46	1.591.067.299,98
	TOTAL	19.297.883.293,04	83,30	19.277,45	3.868.164.509,11	16,70	8.228,33	23.166.047.802,15
2019	Nordeste	2.437.173.090,03	64,46	6.137,92	1.343.757.048,55	35,54	4.168,78	3.780.930.138,58
	Sudeste	3.505.920.264,85	87,49	27.958,57	501.349.577,52	12,51	11.137,88	4.007.269.842,37
	Sul	11.753.826.941,42	88,10	34.630,17	1.587.598.262,49	11,90	35.075,74	13.341.425.203,91
	Centro Oeste	1.448.290.441,23	82,19	47.432,06	313.772.929,04	17,81	38.556,52	1.762.063.370,27
	Norte	1.377.974.085,81	81,33	40.659,00	316.388.971,73	18,67	34.825,42	1.694.363.057,54
	TOTAL	20.523.184.823,34	83,47	22.156,09	4.062.866.789,33	16,53	9.452,13	24.586.051.612,67
2020	Nordeste	2.802.826.734,34	64,14	6.731,21	1.566.693.426,69	35,86	4.418,24	4.369.520.161,03
	Sudeste	3.776.783.706,61	87,03	29.270,13	562.741.467,38	12,97	11.411,16	4.339.525.173,99
	Sul	13.627.359.518,92	86,96	39.204,82	2.044.093.457,49	13,04	41.840,01	15.671.452.976,41
	Centro Oeste	1.702.163.497,65	81,50	52.157,61	386.294.327,01	18,50	44.798,14	2.088.457.824,66
	Norte	1.772.427.918,12	80,02	49.118,14	442.444.151,37	19,98	43.901,98	2.214.872.069,49
	TOTAL	23.681.561.375,64	82,56	24.623,69	5.002.266.829,94	17,44	10.609,98	28.683.828.205,58
2021	Nordeste	3.304.973.027,35	64,33	8.349,96	1.832.351.584,49	35,67	5.212,50	5.137.324.611,84
	Sudeste	4.810.490.268,76	86,83	36.703,65	729.639.824,73	13,17	14.203,06	5.540.130.093,49
	Sul	17.718.493.259,17	85,98	50.195,31	2.890.006.328,11	14,02	53.842,69	20.608.499.587,28
	Centro Oeste	2.277.841.714,03	79,70	67.805,02	580.246.742,89	20,30	61.155,85	2.858.088.456,92
	Norte	2.793.114.500,18	79,75	65.150,09	709.170.609,27	20,25	56.354,94	3.502.285.109,45
	TOTAL	30.904.912.769,49	82,09	32.316,26	6.741.415.089,49	17,91	14.084,26	37.646.327.858,98

Fonte: Elaborada a partir da Matriz de Crédito Rural Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022

TABELA 8: Contratos e valores acessados por homens e mulheres por região

REGIÕES 2021	HOMENS				MULHERES			
	CONTRATOS	% BRASIL	VALOR	% BRASIL	CONTRATOS	% BRASIL	VALOR	% BRASIL
Nordeste	395.807	41,39	3.304.973.027,35	10,69	351.530	73,44	1.832.351.584,49	27,18
Sudeste	131.063	13,71	4.810.490.268,76	15,57	51.372	10,73	729.639.824,73	10,82
Sul	352.991	36,91	17.718.493.259,17	57,33	53.675	11,22	2.890.006.328,11	42,87
C. Oeste	33.594	3,51	2.277.841.714,03	7,37	9.488	1,98	580.246.742,89	8,61
Norte	42.872	4,48	2.793.114.500,18	9,04	12.584	2,63	709.170.609,27	10,52
TOTAL	956.327	100,00	30.904.912.769,49	100,00	478.649	100,00	6.741.415.089,49	100,00

Fonte: Elaborada a partir da Matriz de Crédito Rural Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022.

TABELA 9: Contratos e valores acessados por mulheres no Brasil (% em relação aos homens)

ANO	CONTRATO	%	VALORES	%	TICKET MÉDIO
2017	498.602	32,29	3.548586.428,14	16,37	7.117,07
2018	470.103	31,95	3.868.164.509,11	16,70	8.228,33
2019	429.836	31,70	4.062.866.789,33	16,53	9.452,13
2020	471.468	32,90	5.002.2.66.829,94	17,44	10.609,98
2021	478.649	33,36	6.741.415.089,49	17,91	14.084,26

Fonte: Elaborada a partir da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022

O elevado volume de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) do grupo B, atribuída aos possuidores de renda anual até R\$ 23.000,00, é um dado de vulnerabilidade social da população rural do Nordeste que, segundo o IPEA, gravita entre alta e muito alta (0,450 a 0,559).⁷ As condições de pobreza colocam os estados do Nordeste nas últimas posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), revezando com a região Norte entre os 1.399 municípios classificados com IDH baixo e muito baixo⁸, segundo dados de 2017.

Dentre as mulheres beneficiárias do PRONAF, dados de 2021, indicam que 73,44% dos contratos foram firmados no Nordeste. Ainda que seja um índice expressivo, representaram apenas 27,18% dos recursos, ou seja, R\$ 1.832.351.584,49 de um total de R\$ 6.741.415.089,49 (Tabela 8).

Em um olhar nacional, o acesso dos homens é sempre superior no que concerne às mulheres. Entre os anos de 2017 e 2021, o índice das mulheres representava de 31,70% a 33,36% dos contratos e de 16,37% a 17,91% dos recursos, quando comparado por gênero, conforme dados da Tabela 9.

Dados comparativos entre os estados do Nordeste

Dados comparativos de acesso entre os estados do Nordeste (Quadros 1 a 5) – os percentuais de contratos mantêm um certo equilíbrio em todos os estados com destaque para Piauí e Paraíba, que se revezam entre os estados de menor desigualdade no acesso entre homens e mulheres, mas também são os estados em que os tickets médios são os menores entre os estados nordestinos, independente do gênero. Sergipe é o estado onde as mulheres menos conseguem esse feito. Situam-se entre 41,82% e 44,34% dos contratos e menos que 30% dos recursos no tocante aos homens, entretanto é o estado onde se registra os maiores tickets médios, de acordo com uma estratégia local em torno do Agroamigo Mais, que opera valores entre R\$ 6.001,00 a R\$ 20.000,00 e outras linhas do grupo V.

Considerando os dados parciais de 2022 com os 5 primeiros meses, nota-se que os dados não expressam mudanças significativas na proporção do acesso, considerando recorte de gênero entre as regiões brasileiras (Quadro 6).

Quanto aos dados dos estados do Nordeste, identifica-se, pela primeira vez, número de contratos assinados por mulheres acima dos efetivados pelos homens no estado do Piauí, ainda que se mantenham as diferenças no que diz respeito aos recursos acessados, nos quais os valores médios dos homens permanecem maiores. Mantém-se a tendência do estado em possibilitar menores índices de desigualdades e de registrarem os menores tickets médios de mulheres (R\$ 4.885,86) e de homens (6.052,66). Mantem-se também a possibilidade de conseguir contratos mais robustos no estado de Sergipe, tanto para homens, quanto para mulheres, nos valores médios de R\$ 30.134,79 e R\$ 12.441,90, respectivamente (Quadro 7).

A existência de outros programas e políticas tende a estimular a procura por crédito rural, uma vez que possibilita maior circulação de informações mediante visitas, reuniões e ações de formação, bem como a oferta de apoio técnico. No estado do Piauí, o Programa Viva o Semiárido, em Parceria com o FIDA, possibilitou que as mulheres beneficiadas pudessem conhecer outras experiências exitosas de organização produtiva, obter assessoramento técnico e apoio para a estruturação das atividades produtivas. De 2013 a 2021, um total de 8.597 agricultores conseguiram o crédito; destes, 2.880 mulheres, aplicando um total de R\$ 20.944.262,47. Metade desse valor foi direcionado para as atividades produtivas do Projeto

QUADRO 1: Valores contratados por gênero e por regiões brasileiras

ANO	REGIÃO NE	HOMENS					MULHERES				
		CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO	CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO
2017	AL	22.897	55,26	149.504.612,62	65,39	6.529,44	18.537	44,74	79.116.845,24	34,61	4.268,05
	BA	125.749	55,12	558.489.766,68	65,67	4.441,31	102.384	44,88	291.977.937,13	34,33	2.851,79
	CE	70.434	56,10	288.132.483,13	65,14	4.090,82	55.111	43,90	154.193.178,57	34,86	2.797,87
	MA	40.947	52,28	260.789.550,10	62,56	6.368,95	37.378	47,72	156.053.956,89	37,44	4.175,02
	PB	39.626	52,51	157.531.797,04	58,85	3.975,47	35.840	47,49	110.168.453,84	41,15	3.073,90
	PE	51.745	54,91	252.178.360,01	63,80	4.873,48	42.498	45,09	143.111.223,98	36,20	3.367,48
	PI	53.645	52,00	208.453.773,08	58,09	3.885,80	49.527	48,00	150.368.930,88	41,91	3.036,10
	RN	25.378	53,82	100.292.586,85	59,83	3.951,95	21.775	46,18	67.344.250,36	40,17	3.092,73
	SE	16.262	57,29	125.769.478,62	72,42	7.733,95	12.124	42,71	47.900.739,12	27,58	3.950,90
	TOTAL	446.683	54,35	2.101.142.408,13	63,64	4.703,88	375.174	45,65	1.200.235.516,01	36,36	3.199,14
2018	AL	21.882	55,60	167.802.579,81	65,44	7.668,52	17.474	44,40	88.614.204,72	34,56	5.071,20
	BA	130.327	56,16	661.984.094,06	66,28	5.079,41	101.746	43,84	336.793.615,87	33,72	3.310,14
	CE	61.131	58,19	311.348.169,02	65,98	5.093,13	43.926	41,81	160.569.324,79	34,02	3.655,45
	MA	39.344	52,43	273.504.783,69	61,89	6.951,63	35.692	47,57	168.442.985,48	38,11	4.719,35
	PB	38.721	52,38	168.762.397,39	57,13	4.358,42	35.207	47,62	126.618.443,44	42,87	3.596,40
	PE	51.463	55,62	299.928.967,09	64,52	5.828,05	41.061	44,38	164.948.892,73	35,48	4.017,17
	PI	49.235	52,74	238.846.041,62	58,11	4.851,14	44.118	47,26	172.162.731,36	41,89	3.902,32
	RN	25.278	54,63	111.071.758,47	60,29	4.394,01	20.993	45,37	73.146.552,68	39,71	3.484,33
	SE	15.628	58,18	147.137.706,52	73,50	9.415,01	11.232	41,82	53.041.475,79	26,50	4.722,35
	TOTAL	433.009	55,20	2.380.386.497,67	63,91	5.497,31	351.449	44,80	1.344.338.226,86	36,09	3.825,13

QUADRO 1: Valores contratados por gênero e por regiões brasileiras

ANO	REGIÃO NE	HOMENS					MULHERES				
		CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO	CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO
2019	AL	18.816	53,91	145.745.292,42	63,59	7.745,82	16.087	46,09	83.446.387,83	36,41	5.187,19
	BA	115.989	56,05	666.655.137,67	66,62	5.747,57	90.960	43,95	333.979.645,94	33,38	3.671,72
	CE	57.879	57,68	322.838.299,52	65,89	5.577,81	42.464	42,32	167.149.850,13	34,11	3.936,27
	MA	38.851	53,27	323.626.491,54	65,32	8.329,94	34.088	46,73	171.857.040,16	34,68	5.041,57
	PB	32.988	53,70	167.658.041,25	58,86	5.082,39	28.444	46,30	117.187.710,38	41,14	4.119,94
	PE	49.533	54,65	304.888.751,45	64,40	6.155,27	41.102	45,35	168.520.441,48	35,60	4.100,05
	PI	45.891	54,08	241.523.793,11	59,37	5.262,99	38.967	45,92	165.273.531,53	40,63	4.241,37
	RN	22.523	53,36	109.149.573,09	58,85	4.846,14	19.685	46,64	76.330.195,33	41,15	3.877,58
	SE	14.598	58,07	155.087.709,98	72,10	10.623,90	10.541	41,93	60.012.245,77	27,90	5.693,22
	TOTAL	397.068	55,19	2.437.173.090,03	64,46	6.137,92	322.338	44,81	1.343.757.048,55	35,54	4.168,78
2020	AL	19.513	53,42	171.350.298,25	64,75	8.781,34	17.013	46,58	93.280.271,25	35,25	5.482,88
	BA	121.627	55,01	801.234.537,29	66,18	6.587,64	99.477	44,99	409.445.007,16	33,82	4.115,98
	CE	59.702	55,57	350.599.222,43	64,65	5.872,49	47.738	44,43	191.708.347,59	35,35	4.015,84
	MA	44.724	52,50	379.241.945,81	64,46	8.479,61	40.467	47,50	209.098.637,93	35,54	5.167,14
	PB	33.195	52,44	179.271.026,20	58,30	5.400,54	30.101	47,56	128.218.617,71	41,70	4.259,61
	PE	51.026	54,69	360.874.299,35	64,92	7.072,36	42.278	45,31	195.034.525,67	35,08	4.613,14
	PI	50.546	51,46	257.700.503,44	57,72	5.098,34	47.684	48,54	188.795.357,32	42,28	3.959,30
	RN	21.705	52,99	116.860.824,64	58,86	5.384,05	19.253	47,01	81.676.763,39	41,14	4.242,29
	SE	14.355	57,56	185.694.076,93	72,78	12.935,85	10.586	42,44	69.435.898,67	27,22	6.559,22
	TOTAL	416.393	54,01	2.802.826.734,34	64,14	6.731,21	354.597	45,99	1.566.693.426,69	35,86	4.418,24
2021	AL	18.818	52,27	196.690.562,35	64,59	10.452,26	17.181	47,73	107.824.923,81	35,41	6.275,82
	BA	117.432	54,17	990.709.340,16	66,75	8.436,45	99.355	45,83	493.561.928,82	33,25	4.967,66
	CE	48.986	54,95	371.148.372,06	65,93	7.576,62	40.163	45,05	191.772.987,03	34,07	4.774,87
	MA	42.346	51,71	458.411.289,43	65,28	10.825,37	39.549	48,29	243.808.930,48	34,72	6.164,73
	PB	35.515	52,11	214.520.433,06	57,96	6.040,28	32.635	47,89	155.576.698,50	42,04	4.767,17
	PE	47.426	52,60	411.412.029,46	63,77	8.674,82	42.742	47,40	233.716.188,18	36,23	5.468,07
	PI	48.777	50,21	294.138.030,98	56,89	6.030,26	48.364	49,79	222.933.466,60	43,11	4.609,49
	RN	22.137	52,42	139.075.813,85	58,79	6.282,51	20.093	47,58	97.485.702,73	41,21	4.851,72
	SE	14.370	55,66	228.867.156,00	72,76	15.926,73	11.448	44,34	85.670.758,34	27,24	7.483,47
	TOTAL	395.807	52,96	3.304.973.027,35	64,33	8.349,96	351.530	47,04	1.832.351.584,49	35,67	5.212,50

Fonte: Elaborado a partir da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022.

QUADRO 6: Contratos e valores por região e por gênero de janeiro a maio de 2022⁹

REGIÕES JAN/MAIO 2022	HOMENS					MULHERES				
	CONTRATOS	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO	CONTRATOS	%	VALOR	%	VALOR MÉDIO
Nordeste	118.065	52,95	1.193.213.768,58	65,19	10.106,41	104.930	47,05	637.100.354,28	34,81	6.071,67
Sudeste	29.346	67,38	925.813.359,37	85,92	31.348,20	14.210	32,62	151.755.770,42	14,08	10.679,51
Sul	61.186	83,81	3.254.007.540,20	81,61	53.182,22	11.817	16,19	733.173.864,86	18,39	62.043,99
C. Oeste	6.657	76,59	406.733.543,58	80,01	61.098,62	2.035	23,41	101.620.637,00	19,99	49.936,43
Norte	12.307	74,59	641.855.019,92	79,82	52.152,03	4.193	25,41	162.262.989,89	20,18	38.698,54
TOTAL	227.561	62,39	6.421.623.231,65	78,24	28.219,26	137.185	37,61	1.785.913.616,45	21,76	13.018,29

Fonte: Elaborada a partir da Matriz de Crédito Rural Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em 25/02/2022.

QUADRO 7: Quadro comparativo de acesso por gênero nos estados do Nordeste de janeiro a maio de 2022¹⁰

REGIÃO NE	HOMENS					MULHERES				
	CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO	CONTRATOS	%	VALOR	%	TICKET MÉDIO
AL	5.983	52,05	69.586.771,02	64,94	11.630,75	5.512	47,95	37.564.550,53	35,06	6.815,05
BA	34.956	54,75	406.133.888,45	68,78	11.618,43	28.891	45,25	184.389.089,74	31,22	6.382,23
CE	13.897	54,85	111.542.656,83	64,21	8.026,38	11.440	45,15	62.166.743,51	35,79	5.434,16
MA	12.104	51,58	132.941.060,15	63,74	10.983,23	11.362	48,42	75.628.881,07	36,26	6.656,30
PB	11.391	51,17	70.166.295,16	56,96	6.159,80	10.872	48,83	53.009.786,36	43,04	4.875,81
PE	14.141	52,40	121.487.188,72	60,82	8.591,13	12.848	47,60	78.276.259,69	39,18	6.092,49
PI	13.684	49,07	82.824.649,21	54,42	6.052,66	14.200	50,93	69.379.188,97	45,58	4.885,86
RN	6.746	52,25	42.945.333,40	57,67	6.366,04	6.166	47,75	31.518.953,33	42,33	5.111,73
SE	5.163	58,66	155.585.925,64	77,50	30.134,79	3.639	41,34	45.166.901,08	22,50	12.411,90
TOTAL	118.065	52,95	1.193.213.768,58	65,19	10.106,41	104.930	47,05	637.100.354,28	34,81	6.071,67

Fonte: Elaborado a partir da Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BCB) – Derop/Sicor – Acesso em: 30/05/2022.

Viva o Semiárido, em uma perspectiva complementar à ação principal consonante com o plano produtivo. Também na execução do Projeto Dom Hélder Câmara, executado regionalmente, houve uma ampliação da conquista ao crédito, entretanto, esses dados ainda não estão sistematizados por gênero.

O Estado do Piauí conta ainda com projetos no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda no meio Rural (PROGERE), em parceria com o Banco Mundial e Projeto Flores dos Cocais de ATER para mulheres, com financiamento do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOPI). Essas ações, quando alinhadas, contribuem para a autonomia econômica das beneficiárias, conferindo-lhes mais segurança para empreender. A estrutura do Estado conta ainda com assistência técnica da EMATER-PI, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí.

Uma história singular: *Mulheres Guerreiras*

Ao buscar alternativas de renda, um grupo de mulheres de Cocal de Telha, Piauí, começou a se organizar para produzir cajuína, engarrafar e vender. Em um primeiro momento, uma delas acedeu ao Agroamigo no valor de R\$ 4.000,00 para adquirir uma máquina de beneficiamento de caju, e garrafas para um grupo de 5 mulheres, as quais se comprometeram em assumir solidariamente a quitação do empréstimo. Depois disso, a mesma agricultora fez um segundo financiamento no valor de R\$ 5.000,00 para melhorar a infraestrutura. Todas honraram o combinado quitando a dívida. Após esse início, partiram para os financiamentos individuais, criaram a Associação Mulheres Guerreiras – hoje com 25 associadas – e conseguiram um projeto por intermédio do PROGERE para construção de uma unidade de produção da cajuína. Receberam por doação, uma área de 4 hectares, onde a agroindústria foi construída e terão um plantio coletivo de caju, pois, até então, toda matéria-prima vinha de seus quintais e de compras dos vizinhos.



Francisca Raimunda da Costa
Foto: Natalina Alves

Encontraram no esporte um motivo a mais para se manterem unidas:

“A gente fazia caminhadas e tinha um campo de futebol. Formamos um time, Divas Sport Clube. Tem muita mulher para treinar, tem as Divas velhas e as Divas novas, hoje estamos em uma fase boa, temos dois vice-campeonatos. O esporte ajuda a gente a se manter organizada”. **Francisca Raimunda da Costa** – Presidenta da Associação



Integrantes da Associação
Mulheres Guerreiras, de
Cocal de Telha, Piauí.
Foto: Célia Watanabe

6. O PRONAF e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

A baixa cobertura de ATER, questão generalizada em todos os estados e regiões brasileiras, é um fator limitante ao atendimento das demandas de crédito rural. No Nordeste brasileiro, a metodologia de crédito assistido do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) pressupõe planos simplificados e relação direta entre demandante e agente de crédito. Os órgãos de ATER apoiam o processo de mobilização e articulação dos grupos e são responsáveis para a regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Em geral, há pouca interação com a concessão do crédito e acompanhamento do projeto financiado na linha PRONAF B, ou Agroamigo. Normalmente os agentes de ATER integram e articulam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, arena de debates sobre as políticas públicas, realizam capacitações, reuniões, palestras e visitas às comunidades para levar informações sobre as linhas de financiamento do PRONAF e, nessas oportunidades, acompanham e são acompanhados pelos bancos, em especial Banco no Nordeste, Banco do Brasil e, em situações mais localizadas, a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar – ASCOOP.

Registre-se que, entre outras funções, a ATER pública busca orientar e apoiar o ingresso à outras políticas públicas, a exemplo do Programa Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, cujo principal requisito é a DAP.

Alguns estados nordestinos possuem ações afirmativas para as mulheres agricultoras, reverberando em: ATER específica para mulheres, priorização das mulheres para concessão de fomentos rurais, cotas ou exclusividade em editais de apoio à inclusão produtiva, prioridade na titularidade dos documentos da terra, entre outras. Na prática, essas ações possibilitam angariar conhecimentos técnicos e informativos que se desdobram em crédito.

Em geral, as(os) agricultoras(es) do Pronaf B não possuem assistência técnica continuada. Quando já se encontram em atendimento pela ATER estatal ou em parceria, recebem as orientações adequadas, visitas, apoio na implantação dos projetos, vistorias e elaboração de laudos.

Tanto no relato da ATER, quanto nas visitas de campo, a principal atividade econômica desenvolvida pelas mulheres foi a pecuária – bovinocultura, ovinocultura, caprinocultura e pequenos animais. Ainda que a atividade principal da propriedade seja outra, recorrem ao microcrédito para aquisição de animais para engorda e venda, um caminho mais seguro para o retorno financeiro. Outras atividades financiadas: olerícolas, fruticultura, grãos, raízes. Dentre as agricultoras ouvidas, uma delas financiou um biodigestor com recursos do Pronaf B. Para tanto, enfrentou certa resistência do agente de crédito, porém, com apoio da ATER, conseguiu comprovar sua capacidade de pagamento, e essa iniciativa chamou a atenção de outras agricultoras de sua comunidade que pretendem fazer o mesmo.

Adriana Rodrigues da Silva, presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais, de Piracuruca, Piauí.
Foto: Célia Watanabe



Em termos contratuais, é baixa a ocorrência de outras linhas de crédito, sobretudo do Pronaf Mulher, que deveria ser um marco para o protagonismo feminino, mas não se efetivou. Dentre os motivos está a ausência do assessoramento técnico e as facilidades oferecidas pelo microcrédito.

Um aspecto relevante é que a existência de profissionais técnicas mulheres nas equipes de ATER possibilita uma interação mais rápida e maior abertura para dialogar sobre as dificuldades enfrentadas. O diálogo de *mulher para mulher* permite fluir e contemplar outras dimensões que afetam os horários e o fazer das agricultoras nas áreas de produção, como já visto nas questões da divisão sexual do trabalho. A ATER estatal tem um histórico de predominância de profissionais das ciências agrárias do sexo masculino, delimitando a contribuição das profissionais mulheres nas áreas sociais. Esse cenário vem mudando lentamente e precisa ser considerado nas futuras composições de equipes. As modalidades de oferta de serviços de ATER podem ser pública estatal e em parceria com organizações da sociedade civil ; privada ; ou por profissional técnico integrante da própria família.

A relação da ATER com os bancos é harmoniosa, em geral possuem um termo de cooperação para prestação de serviços, elaboração de planos ou projetos, orientações técnicas e gerenciais, fornecimento de informações sobre os sistemas produtivos, elaboração conjunta de planilhas de custo. Quando se trata de concessão de crédito nas linhas menos demandadas e de valores superiores do grupo V, o diálogo entre extensionistas e projetistas é mais intenso.

7. Questões inerentes ao acesso e não acesso ao PRONAF

De um modo geral, as agricultoras entrevistadas avaliaram de forma positiva as experiências com o crédito, majoritariamente oportunizado metodologia do Agroamigo. Atribuem o êxito aos conhecimentos prévios sobre as atividades produtivas e orientações técnicas da ATER ou dos agentes de crédito. No entanto, há poucos relatos de ascensão de beneficiárias enquadradas no PRONAF B. Para além da baixa cobertura de ATER, outros fatores incidem na permanência no grupo B, dentre as quais podemos citar:

- Recuo nas políticas públicas para a agricultura familiar a exemplo dos programas de compras institucionais, fomento à produção, projetos de agroindustrialização e apoio à comercialização.
- Dificuldades reais para ascender economicamente, situação agravada nesses tempos de pandemia.
- Fatores climáticos que incidem em longas estiagens no semiárido e enchentes, a exemplo das tragédias em vários territórios baianos e no estado de Pernambuco nesse ano de 2022.
- Machismo no âmbito das famílias que incide em jornadas excessivas de trabalho das mulheres, o que dificulta sua afirmação enquanto trabalhadora rural, e atribui aos homens o poder de decisão sobre os projetos a serem desenvolvidos, e, por vezes, controle sobre os financiamentos conquistados por elas, a utilização dos nomes das esposas por se encontrarem impedidos, ou ainda para usufruírem dos benefícios de ações afirmativas para inclusão de mulheres.

- Machismo das instituições quando o trabalho desenvolvido pelas mulheres não é valorizado e suas competências são questionadas.
- Limitações no desejo de ascender, considerando as vantagens oferecidas pelo PRONAF B em referência às demais linhas e a possibilidade de exclusão de importantes programas de apoio aos(as) agricultores(as) mais vulneráveis, como é o caso do Programa Garantia Safra.

Sem dúvida, o PRONAF constitui importante conquista das(os) agricultoras(es) familiares e já propiciou, associado à ATER, mudanças significativas na vida de muitas famílias e alicerça o vínculo campo-cidade, uma vez que possibilita a produção de alimentos, bem como de geração de bens e serviços no rural brasileiro.

A ênfase no PNMPO atende questões pontuais, ficando a dever uma estratégia de desenvolvimento efetivo das famílias, com ascensão para o grupo “V”, ampliando suas capacidades de empreender, uma vez que, aquelas que conseguem dar esse passo avançam economicamente melhorando as condições de vida.



Marcia Silva Rocha, apicultora e cafeicultora de Barra do Choça, Bahia, é um belo exemplo de ascensão e desenvolvimento de sua propriedade, a Fazenda Primavera, onde trabalha com o marido e, eventualmente, com um dos 3 filhos. Há 25 anos comprou 2 hectares e, posteriormente, conseguiu comprar mais 5. Destarte, o título passou a ser em seu nome e, a partir daí, as ações em projetos e operações de crédito também. A família possui 10 mil pés de café irrigados por gotejamento, 50 caixas de abelha sem ferrão, e outros cultivos complementares. Construiu a casa, mas ainda não mora na propriedade, porque não tem energia. Já obteve o Agroamigo e, atualmente, pertence ao grupo V.

Ingressou no conselho fiscal da Cooperativa e hoje preside a Associação dos Apicultores, pela qual acessou o projeto da Casa do Mel, por meio do Programa Bahia Produtiva da CAR, do Governo da Bahia. É também beneficiária de outro projeto do Bahia Produtiva para a cafeicultura; no momento, está finalizando a construção da estufa para beneficiamento. Ela participa do programa de qualidade do café da COOPERBAC e já tem resultados na agregação de valor por disponibilizar um produto de melhor qualidade. Recebe assistência técnica da Cooperativa e acredita que, sem esse apoio, não conseguiria avançar na produção.



Marcia Silva Rocha,
de Barra do Choça, Bahia.
Foto: Célia Watanabe

“Tenho essa fazenda há 25 anos e, depois disso, eu não precisei trabalhar para mais ninguém. Aqui eu tenho de tudo: café, pimenta, banana, feijão e sou apicultora, crio abelhas dentro da mata (a propriedade tem uma área de preservação). O primeiro crédito eu peguei para apicultura, o Pronaf B no Banco do Nordeste, comprei caixas de abelha e consegui pagar só com o mel. Daí eu consegui passar para o grupo V, porque, quando eu era B, só consegui montar 5 caixas e com a V eu já consegui 30 caixas. Eu alcancei o que queria e tenho 50 caixas produzindo. Mas a minha atividade principal é o café, com o qual a gente paga as despesas grandes. Ano passado, eu fiz um financiamento para o custeio de colheita no Banco do Brasil, mas, com a baixa do preço do café, tive que negociar uma prorrogação, mas vou conseguir pagar. Eu não teria como crescer sem o crédito e gostaria que tivesse um crédito facilitado para compra de terra. Eu ainda quero melhorar a minha estrutura de beneficiamento, conseguir produzir o café especial, eu sou muito de buscar o que eu quero.”

8. O acesso ao crédito rural pelas mulheres

As escutas e observações realizadas em quatro diferentes territórios permite registrar alguns pontos relevantes:

- i. A predominância da DAP B, em decorrência da renda, soma-se à vantagem oferecida pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): a aplicação do bônus de adimplência de 25%, que pode ser de 40% quando destinados ao financiamento de atividades no semiárido, conforme a SUDENE, e aplicados segundo metodologia do referido Programa e projetos de investimento para: sistemas produtivos com reserva de água e de alimentos para os animais; recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais, da pecuária e pequenas criações, agroindústria para diversificação e agregação de valor à produção e agricultura irrigada do semiárido. Não raro, nota-se certa tendência em aceder a essa modalidade até o atingimento do valor passível de bônus, que atualmente é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Em menor escala, existe a busca pelo enquadramento no grupo V, tendo em vista possibilidade de crescimento. Das 37 mulheres visitadas, 32 são B, apenas quatro possuem DAP V e uma delas não possui DAP. As que migraram de B para V galgaram melhorias, no dizer delas.
 - ii. Segundo o Manual de Crédito Rural (MCR), o PRONAF B é uma linha destinada ao “financiamento de investimentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias”, no próprio estabelecimento ou em áreas comunitárias, “implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários”, de acordo com as propostas ou planos simples específicos, compatíveis com o trabalho familiar no meio rural para financiamento de demandas que venham a gerar renda ao beneficiário.
 - iii. É evidente o esforço dos bancos, em especial do BNB, para ampliação do alcance ao microcrédito, por intermédio de seus agentes que, pela natureza da função, avaliam os projetos, estimulam o acesso aos de menor risco. Ainda que seja desejável que esse profissional tenha formação técnica em agropecuária do nível médio, a principal característica demandada ao agente de microcrédito é que seja um bancário, que possua conhecimentos em operações de crédito.
- Adicionalmente, o Banco do Nordeste buscou construir uma articulação com atores locais afins em uma estratégia de fortalecimento das atividades produtivas em torno do Programa de Desenvolvimento Territorial, que, entre outras iniciativas, contempla o Plano de Ação Territorial, com orçamento para financiamentos, ações de fortalecimento da governança por meio dos comitês e integração das políticas públicas.



Maria do Socorro Araujo Andrade,
de Alagoa Grande, Paraíba.
Foto: Célia Watanabe

Maria do Socorro Araujo Andrade é agricultora em Alagoa Nova, na Paraíba. Ela recebe Assistência Técnica da EMPAER. Acedeu ao Fomento Rural Brasil Sem Miséria e, com esse recurso, começou a criar porcos. Na sequência, ingressou no PRONAF B para seguir com a criação. Está no terceiro contrato e acredita que será o último, pois completará o limite do bônus.

“Praticamente não tinha nada, eu recebi o fomento e consegui fazer um chiqueiro e comprar porcos. A primeira pessoa que fez aqui no sítio Serra Grande fui eu, depois foi chegando mais. Tem hora que fica bom, depois fica ruim e fica bom de novo e assim dá para levar. Eu ainda tenho os porcos, comecei com o fomento e continuei com o Agroamigo. Antes eu conseguia ver o custo e o que sobrava da venda, mas, com a carestia, tudo fica mais difícil”

O grande desafio de Socorro é a obtenção de terras, uma vez que vive e trabalha na propriedade da sogra e possui limitações quanto à autonomia para empreender, inclusive para ascender ao Pronaf V.

iv. As mulheres ouvidas por essa pesquisa de campo, sem exceção, demonstraram grande preocupação com o pagamento das parcelas antecipadamente ou em dias, seja para obter o bônus, seja para manter regularidade de CPF. Algumas reservam parte do valor para a primeira parcela, ou buscam recursos em outras atividades, como por exemplo, serviço doméstico temporário e comércio de roupas, cosméticos e utilidades para obtenção de renda extra, quando não foi possível obter retorno financeiro. Houve quem relatasse prejuízo com perdas de animais, devido à ausência de orientação técnica.

Outro aspecto comentado foi a importância ao fomento produtivo do Programa Brasil Sem Miséria executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, posteriormente remanejado para o Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.400,00, pagos em duas parcelas para o público do CAD Único e que recebem serviços de ATER. Por ser um recurso não reembolsável, há inúmeras experiências em que o acesso possibilitou uma aprendizagem e posterior migração ao crédito PRONAF.

v. **Crédito rural considerando raça e etnia –**

ao tratar dos dados de acesso ao crédito rural pertinentes ao gênero, é importante avaliar se as mulheres negras, indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais enfrentam dificuldades adicionais. Uma análise mais consistente se esbarra na dificuldade de levantamento de informações, pelas limitações inerentes às informações públicas e pela necessidade do sigilo bancário em algumas situações. A definição em trabalhar com informações do Banco Central do Brasil se deu por reunir os dados agregados no Sistema de Operações de Crédito Rural (SICOR), porém não há distinção segundo raça e etnia.

Em um olhar panorâmico, é possível confrontar algumas informações que ajudem os gestores públicos e demais segmentos envolvidos na busca de aprimoramento dos instrumentos de crédito, visando diminuir as desigualdades de gênero, raciais e étnicos. Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE) revelam que pretos e pardos correspondem a 72,65% da população rural no Nordeste, 0,75% se declararam indígenas, 0,45% amarelos e 26,15 % brancos.

Conforme já visto na tabela 8, que trata dos contratos e valores obtidos por homens e mulheres por região brasileira, 73,44% das mulheres rurais que contrataram o PRONAF em 2021 vivem no Nordeste. O cruzamento dessas informações sugere uma predominância de mulheres negras entre as cadastradas no grupo B, indicando a importância de se constituir ações afirmativas e focalizadas nas políticas de um modo geral, de modo a fortalecer a organização produtiva e ampliar a inclusão econômica delas.

- vi. Não raro, a sucessão natural tem diminuído substancialmente o tamanho das propriedades da agricultura familiar devido ao desmembramento por herança, o que tem afetado substancialmente a vida das mulheres. Dezoito das 37 agricultoras ouvidas por essa pesquisa possuem áreas de até 1 hectare, dentre elas estão nove agricultoras da Associação Mulheres Guerreiras, Cocal de Telha, Piauí, que contam apenas com seus quintais e, juntas com outras 16 mulheres, irão explorar uma área coletiva de 4 hectares.

A terra é, sem dúvida, um fator limitante para a autonomia econômica das mulheres agricultoras. É também uma das causas que impedem a ascensão para o Pronaf V, seja pela dificuldade em apresentar garantias reais, seja pela incerteza de desenvolvimento de uma atividade produtiva correspondente à capacidade de endividamento.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), o quantitativo de propriedades agrícolas de base familiar decresceu de 4.305.105 para 3.897.408 entre os anos de 2006 e 2017, e a área ocupada pelo segmento diminuiu de 81.268.779 hectares para 80.891.084 hectares no mesmo período, evidenciando a perda de área e de unidades produtivas para a agricultura não familiar e a alta demanda por regularização fundiária, devido a não contabilização de áreas desmembradas por herança ou pela criação de novos assentamentos.

- vii. Articulação com outras políticas públicas – Muitas das agricultoras entrevistadas declararam enfrentar dificuldades com o escasseamento de programas e políticas, em especial os de compras institucionais. Participar de editais como os do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) era a certeza de retorno financeiro, que permitia honrar os compromissos, inclusive as parcelas do financiamento. Do mesmo modo, a ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) conferem maior segurança para o alcance ao PRONAF.

A organização é um importante caminho para que se chegue às políticas públicas. Grupos consolidados dão qualidade à participação que rebatem positivamente nas conquistas do grupo. As mulheres do Polo Sindical da Borborema, na Paraíba, estão organizadas, trabalham vários temas da agricultura familiar, contam, há muitos anos, com assessoramento técnico através da ASPTA, por meio de chamamentos públicos e outras formas de cooperação. Elas possuem um trabalho consolidado na transição agroecológica, na comercialização de seus produtos em feiras agroecológicas e nas quitandas. Pela organização, conseguiram se introduzirem várias políticas: ATER, cisternas para consumo e para produção, água de reuso, ingresso nos mercados.

- viii. A organização em cooperativas tem sido amplamente estimulada como meio de potencializar a produção, agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Em razão de o crédito rural ser importante mecanismo de financiamento das atividades produtivas, algumas cooperativas buscam apoiar sua base na conquista desta cessão. É o caso da Cooperativa Mista de Cafeicultores de Barra do Choça e Região (COOPERBAC), que, recentemente, firmou acordo com o Banco do Nordeste para elaboração de projetos e mediação do financiamento. Fundada em 2007, a COOPERBAC tem um trabalho voltado para o aprimoramento de todo o ciclo da cadeia produtiva do café. Tem se destacado na realização de estudos de mercado, para oferta de um produto diferenciado, e, com o passar dos anos, passou a investir na qualidade do café, estimulando a produção orgânica, e com a implantação de um laboratório de análise e oferta de cursos de degustação e de baristas priorizando mulheres e jovens.



Maria do Céu Silva Batista,
de Santana Solânea, Paraíba.
Foto: Célia Watanabe

“Nós mulheres agricultoras que vivemos, moramos e trabalhamos na roça produzimos alimentos saudáveis, para que a gente possa se alimentar bem, alimentar as nossas famílias e alimentar a sociedade, a partir das feiras agroecológicas que o movimento tem construído, assim como as quitandas, que são pontos fixos de comercialização. Essa organização é fundamental na geração de renda. Há uma ligação campo e cidade, nessa questão do mercado e dos alimentos saudáveis. A gente encontra dificuldade nas políticas públicas de acesso à terra. Aqui no território, as famílias, a gente não tem terra suficiente, planta em pequenas áreas de terra, às vezes como posseiros, ou herança, onde uma pequena terra é dividida para duas ou três pessoas. Vamos continuar fazendo a luta, a gente continua junta no movimento sindical, no movimento de mulheres aqui no Polo da Borborema, pra gente ser mais independente e ter nossa autonomia.” -

Maria do Céu Silva Batista de Santana



Agrícolas do Polo
Sindical da Borborema,
na Paraíba.
Foto: Célia Watanabe

ix. Incidência de ações afirmativas circunscritas em outros projetos ou ações que conferem complementariedade e apoiam as atividades produtivas das mulheres. As **Cadernetas Agroecológicas** constituem uma metodologia de valorização do trabalho das mulheres agricultoras, uma iniciativa pelo reconhecimento e mensuração de tudo que é produzido e nem sempre tem o reconhecimento delas próprias, de suas famílias e das comunidades. Sua aplicação empodera e auxilia a caminhada para a construção da autonomia

econômica. As cadernetas agroecológicas foram instituídas nos projetos dos governos dos estados do Nordeste em parceria com o FIDA: Viva o Semiárido no Piauí; Pro Semiárido na Bahia e Pernambuco; Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú na Paraíba; Projeto Paulo Freire no Ceará; Projeto Dom Távora em Sergipe e o Projeto Dom Hélder Câmara em Pernambuco, Alagoas e Ceará. Com olhares atentos, essa ação foi criteriosamente monitorada pelo GT Equidade de Gênero nos Projetos apoiados

pelo FIDA e os primeiros resultados tornados públicos pelas equipes de trabalhos, ressaltando sua relevância.

As Cadernetas também compõem as chamadas públicas de ATER Mulheres, executadas por entidades da sociedade civil em parceria com a Superintendência Baiana da Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia – BAHIATER, e já no primeiro ano, apresenta resultados visíveis nos depoimentos das agricultoras.

Trata-se de uma metodologia de registro diário de toda produção realizada pelas mulheres em seus quintais e destinadas ao autoconsumo, doações, trocas ou comercialização. Foi desenvolvida pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Minas Gerais, e ampliado para outros estados brasileiros em uma ação envolvendo a entidade criadora, o GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Universidade Federal de Viçosa (UFV, em um projeto intitulado

Os Quintais das Mulheres e as Cadernetas Agroecológicas

em parceria com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É, no dizer de Ana Elizabeth Siqueira, “uma estratégia transversal do trabalho com enfoque de gênero, de forma a viabilizar a inclusão social das mulheres e a equalização das oportunidades” e incidir na redução das desigualdades de gênero além de “reparar as injustiças historicamente sofridas pelas mulheres que tiveram seu trabalho desvalorizado, invisibilizado e considerado inferior”.

- x. Nem todas as agricultoras entrevistadas conseguiram o crédito e, no diálogo, trazem alguns pontos para a reflexão:
 - a. As agricultoras menos favorecidas se sentem inseguras, têm medo de contrair dívidas. Nesses casos, o crédito pode não ser a melhor opção, nem mesmo o PRONAF B com a bonificação de adimplência.

Joara Silva de Oliveira é filha e neta de agricultores, professora de formação prestes a concluir a faculdade de engenharia agrônoma. Sempre viveu na roça e não pretende sair. Desde criança, acompanhava o pai na associação. Se associou à COOPERBAC em 2012, tornou-se diretora e, em 2017, foi eleita presidenta e reeleita em 2020.

Empoderada, Joara possui largo conhecimento sobre produção e mercado de café. Ela lidera uma ação de qualidade de café em um projeto no qual as mulheres correspondem a 50 % do total de beneficiários.



Fui percebendo que, junto, a gente consegue mais do que sozinha. Temos uma grande preocupação de que a mulher tenha autonomia dentro da sua propriedade; não só a mulher, mas o jovem também. Quando a gente vê uma mulher jovem buscando conhecimento na área do café, a gente abraça, para que o quadro social da cooperativa não envelheça, a gente precisa de jovens. A gente valoriza muito conhecimento e a responsabilidade de acolher as mulheres”.

Joara Silva de Oliveira, de Barra do Choça, Bahia.
Foto: Célia Watanabe

Maria da Conceição Moura Dias: *as cadernetas antes a gente trabalhava e plantava e achava que não tirava nada, mas quando você anota cada coisinha que tira da roça, você vai vendo o quanto que trabalhou e lucrou, porque não comprou. A gente produzindo come uma comida saudável e lucra também, porque não vai comprar.*

Joelma Gonçalves Araújo: *antes eu trabalhando na terra não dava importância, não anotava nada, pegava melancia, abóbora, pimentão, milho, feijão, andu e não dava importância. Aí chega a caderneta, e hoje esse acompanhamento é um conhecimento tão importante na nossa vida! Se um dia o projeto acabar, eu vou dar continuidade, a caderneta tem tanta importância que eu vou continuar para o resto da vida. Hoje eu passo para os meus filhos a importância de tudo que vem da roça para a nossa mesa.*



Foto: Célia Watanabe

Maria Perpétua Barbosa, de Uauá, Bahia.
Foto: Célia Watanabe



“Eu não tinha noção do que eu ganhava e do que eu gastava e, sempre através desses cursos, eu plantava minha verdurinha, meus coentrinhos, minhas alfaces e entregava para o PAA; quando sobrava, eu ia para a feira, vendia, e lá mesmo eu gastava o dinheiro. Depois veio a caderneta, não sei ler, mas eu marco e, quando a técnica chega aqui, ela anota e soma as quantidades. Hoje eu sei o quanto eu pego por mês e quanto eu gasto. Isso é importante, porque antes eu não tinha noção. Uma coisa importante é o plantio nas áreas, o projeto Pró-Semiárido ensinou muito. Antes as pessoas juntavam o mato e tocava fogo. Aí aquele ano dava, mas depois não dava. Agora você deixa o mato lá e vira adubo. Agora a gente faz as curvas de nível. Eu acho interessante esses projetos porque trazem muito aprendizado. - Maria Perpétua Barbosa

- b. Ausência de serviços de ATER com orientações técnicas adequadas para a correta aplicação do financiamento e esclarecimentos sobre as linhas de crédito.
- c. O papel de chefia da família atribuída aos homens, que por sua vez protagonizam as mediações com bancos, cooperativas, órgãos de ATER e outros organismos com os quais se relacionam. As mulheres acabam tendo pouca ou nenhuma autonomia quanto às atividades produtivas da família.
- d. Pouco estudo, dificuldades de compreensão e de conclusão dos ritos burocráticos. Das que lograram êxito, houve relatos sobre as dificuldades na primeira tentativa. Da segunda em diante, estabeleceram um elo de confiança com seus respectivos agentes de microcrédito.

9. O que levar em conta para melhorar o acesso ao crédito rural pelas mulheres

A Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), comprometidos com as ações de inclusão produtiva e protagonismo das mulheres, se propõem a coordenar um processo de diálogo conjuntamente com o Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar no Nordeste, com fins de identificar e realizar ações de cunho afirmativo que permitam dar passos em direção à equidade de gênero, de modo a subsidiar as secretarias estaduais e órgãos responsáveis pelo trabalho com a agricultura familiar. O presente estudo sugere as seguintes recomendações:



Maria Isabel do Livramento Rocha, de Solânea, Paraíba.
Foto: Célia Watanabe

- i. Aprofundar os estudos de gênero, inclusive com recortes de raça e etnia na incidência das políticas públicas para a agricultura familiar. A ausência dessa perspectiva tem reforçado as desigualdades, e, como bem afirmou Buarque (citada em SCHEFFLER, 2007, p. 153-154), as proposições governamentais para o campo brasileiro “carecem, em sua origem, de uma abordagem incluyente, no que diz respeito às relações de gênero e valorização da mulher como sujeito deste processo”. Os atores envolvidos podem realizar uma ação colaborativa de levantamento de informações e reflexões coletivas, trazendo a voz das mulheres beneficiárias, de modo a considerar suas reais dificuldades e expectativas. É desejável incluir o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), vinculado ao BNB, por possuir expertise e realizar estudos valiosos e constantes sobre o PRONAF.
- ii. Criar, no âmbito do PAS-NE, um Plano Nordeste de Formação para as agricultoras familiares, abordando conteúdos relativos à educação financeira, economia feminista e solidária, agroecologia, intercâmbios entre territórios e estados, cooperativismo e associativismo, sistemas produtivos da agricultura familiar, crédito rural, políticas territoriais, entre outros temas. Envolver os órgãos de ATER, secretarias estaduais e organizações da sociedade civil na elaboração e execução desse plano formativo. Essas ações devem levar em consideração os saberes inerentes às mulheres e dialogar com as expectativas apresentadas por elas.

- iii. Propor melhorias na metodologia e na própria configuração da política de crédito em suas diferentes modalidades, considerando a informação do Banco Central, sistematizadas pelo Dieese, em que 71% do crédito rural é realizado por bancos públicos.
 - a. No tocante ao PNMPO, pautar a necessidade de ampliar o leque de financiamento para **custeio**, de modo a facilitar o acesso para o desenvolvimento das atividades mais alinhadas aos planos produtivos das mulheres.
 - b. Ajustar a metodologia do microcrédito, que independe da existência de ATER. É de responsabilidade do agente de crédito que, por sua vez, não necessita ter formação na área das ciências agrárias, embora seja desejável. Abre-se uma lacuna entre as competências para orientar as operações bancárias e para apoiar a atividade produtiva financiada, gerando, em alguns casos, dificuldades na execução com retorno satisfatório, cabendo, aqui, um vínculo mais próximo entre os bancos, as secretarias estaduais da agricultura familiar e os órgãos públicos da ATER.
 - c. Analisar criticamente o Pronaf Mulher, as razões da baixa incidência, propor melhorias na metodologia e dialogar com a ATER sobre as possibilidades de estimular projetos técnicos condizentes.
- iv. Estabelecer um ambiente de diálogo com as agências estaduais de fomento para estudar as possibilidades de ações comuns no apoio ao protagonismo das mulheres agricultoras nas searas produtivas.
- v. Articulação em rede de ATER para um alinhamento em torno da ampliação do acesso ao crédito rural com formação, assessoramento técnico e acompanhamento das ações das instituições financeiras, ressignificando o PRONAF para além dos financiamentos, conforme sua concepção original. Nessa mesma linha, dialogar com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- vi. Para o público em situação de pobreza e pobreza extrema, o crédito rural pode representar mais um risco que propriamente a solução de financiamento das atividades produtivas. Desenvolver, no âmbito da Plataforma de Investimentos do Consórcio Nordeste, uma metodologia que articule ações de ATER, fomento para estruturação da produção, formação prática em unidades de aprendizagens coletivas, ações de comercialização. Estimular os grupos produtivos de mulheres beneficiadas para que estruturam uma poupança comunitária. Após as experimentações com base no fomento e nos fundos rotativos solidários, estimular o acesso ao crédito rural e apoiar as bases do comércio justo e solidário.
- vii. Incidir cotas para mulheres, onde não houver, para acesso às políticas públicas para a agricultura familiar de um modo geral. Prever, inclusive, que os novos projetos produtivos, em diferentes formatos de parceria, tenham cota de atendimento às mulheres, de modo a trazer maior envolvimento e, conseqüentemente, maior segurança para investir em suas atividades de produção.

Incluir cotas de mulheres no Programa de Financiamento Popular da Agricultura Familiar (FINAPOPOP), ação inovadora que articula um movimento de captação de recursos, cuja formatação inicial objetivou beneficiar cooperativas vinculadas aos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Estudar meios de realizar uma captação específica para financiamentos populares de projetos de mulheres, a partir de um levantamento prévio de cooperativas passíveis de apoio.
- viii. Avançar nas respostas à elevada demanda por regularização de territórios tradicionalmente ocupados, e priorizar a titularidade das mulheres nos processos de regularização da terra, uma vez que a ausência dos documentos dificulta ou impede a obtenção de boa parte das linhas de crédito. Considerando que as mulheres têm pouca ou nenhuma terra, é necessário retomar as políticas de democratização do acesso, seja por meio de assentamentos da reforma agrária, seja por programas de compras de terras, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

10. Considerações finais

Muitas vezes as mulheres, verdadeiras fortalezas na condução de suas vidas, demonstram que os sonhos coletivos se sobrepõem aos sonhos pessoais. Expressam que a melhoria nas condições de trabalho e o bem-estar dos filhos, companheiros e comunidades as mobiliza para seguir na luta. Ter um chão seu vale porque vai melhorar a vida, vai consolidar a produção e garantir sua autonomia econômica.

A dinâmica do mundo rural requer que todas as pessoas se sintam realizadas com o que faz, acolhidas nas relações que constroem, nos afetos que cultivam. Ainda que caminhem em passos seguros ou não, largos ou curtos, é como se as mulheres estivessem em eternos recomeços. Fatores alheios ao esforço pessoal lhes apresentam novos e velhos desafios. Os dados recentes sobre a caracterização da fome revelam: elas são as mais pobres, as mulheres negras ainda mais que as brancas e as rurais mais que as urbanas.

Pensar uma política pública com seriedade e compromisso é olhar para essas diferenças, fortalecer o que está vulnerável e impede que a vida se realize plena e dignamente. Promover escutas e fomentar a participação é, sobretudo, buscar entender quais conteúdos e particularidades caracterizam seu olhar para a agricultura familiar e qual é o significado de viver bem.

Fortalecer os projetos produtivos protagonizados pelas mulheres implica estar atentos e atentas aos mecanismos de acesso, aos programas e políticas, dialogar sobre os desafios que se amplificam em um ambiente onde falta a participação masculina no trabalho doméstico e no exercício das tarefas do cuidado, condição indispensável para a igualdade entre mulheres e homens.

O avanço na organização social e produtiva das agricultoras familiares interessa a todos, sem distinção, pois o trabalho delas transforma o espaço rural e alimenta o campo e a cidade (WANDERLEY, 2005).

Juntos, os propositores dessa pesquisa, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Câmara Temática da Agricultura Familiar do Consórcio Nordeste seguem em diálogo para articular, juntamente com os governos estaduais e movimentos sociais, melhorias nos instrumentos de formação, de crédito e de fomento às atividades produtivas das mulheres de modo a impactar na redução das desigualdades de gênero, econômicas, de raça e etnia.

11. Anexos

Agricultoras familiares entrevistadas

	NOME	MUNICÍPIO, ESTADO
01	Adriana Rodrigues da Silva	Piracuruca, PI
02	Arnélia de Oliveira Novaes	Barra do Choça, BA
03	Denise Maria da Costa	Cocal de Telha, PI
04	Edineide Ferreira da Silva	Curaçá, BA
05	Eliane Ferreira dos Santos	Curaçá, BA
06	Francisca Leane da Costa Santos	Cocal de Telha, PI
07	Francisca Raimunda da Costa	Cocal de Telha, PI
08	Joara Silva de Oliveira	Barra do Choça, BA
09	Joelma Gonçalves Araújo	Uauá, BA
10	Lucineide Cristina Nascimento	Alagoa Nova, PB
11	Márcia da Silva Rocha	Barra do Choça, BA
12	Maria Alves da Silva	Canudos, BA
13	Maria Anunciada Félix Batista	Solânea, PB
14	Maria da Conceição Moura Dias	Uauá, BA
15	Maria das Dores Gonçalves Cardoso	Curaçá, BA
16	Maria de Fátima da Costa	Cocal de Telha, PI
17	Maria de Fátima Melo Pereira	Solânea, PB
18	Maria de Lourdes de Souza	Cocal de Telha, PI
19	Maria do Carmo Sousa Ramos	Piracuruca, PI
20	Maria do Céu Silva Batista de Santana	Solânea, PB
21	Maria do Socorro Araújo Andrade	Alagoa Nova, PB
22	Maria do Socorro Silva Fernandes	Solânea, PB
23	Maria Eliane de Costa Sousa	Cocal de Telha, PI
24	Maria Isabel do Livramento Rocha	Solânea, PB
25	Maria Janaina da Costa Cruz	Cocal de Telha, PI
26	Maria Perpétua Barbosa	Uauá, BA
27	Maria Silmária da Silva	Piracuruca, PI
28	Miriam Ribeiro dos Santos	Uauá, BA
29	Nilmara da Costa Sousa	Cocal de Telha, PI
30	Regina dos Santos Silveira	Barra do Choça, BA
31	Rosa Maria Soares Dias	Areia, PB
32	Samaione Araújo Costa	Cocal de Telha, PI
33	Samara Maria da Costa	Cocal de Telha, PI
34	Suely Luciano dos Santos Oliveira	Solânea, PB
35	Valdinês Ferreira Mendes	Canudos, BA
36	Veronica de Mascena Santos	Solânea, PB
37	Zenaide Celestino dos Santos	Alagoa Nova, PB

REFERÊNCIAS

1. Análise do orçamento das políticas públicas para as mulheres de 2019 a 2021. Nota Técnica INESC, pdf. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/03/8-de-Marco_Orcamento.docx.pdf. Acesso em: 07 jun./2022.
 2. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: Relatório Final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.
 3. Esse documento será substituído pelo CAF, Cadastro da Agricultura Familiar, já normatizado e no aguardo de sua operacionalização no âmbito da Secretaria da Agricultura Familiar e cooperativismo, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SAF).
 4. Manual de Crédito Rural, capítulo 10, seção 2.
 5. Caracterização conforme Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018.
 6. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que atua desde 2003 no desenvolvimento sustentável de comunidades na região Nordeste, nas áreas de territórios, juventude, cultura, tecnologia e microfinança rural para agricultores familiares.
 7. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>, dados do ano de 2019. Acesso em: 6 abr./2022.
 8. <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking> PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. Acesso em: 6 abr.2022.
 9. Esses números podem sofrer alterações, considerando a dinâmica da atualização e data de extração da informação.
 10. Esses números podem sofrer alterações, considerando a dinâmica da atualização e data de extração da informação.
 11. Ver mais em: http://portalsemiar.org.br/wp-content/uploads/2021/08/livro-1-ano-CAs_PT_WEB.pdf
 12. [http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-09/CADERNETA%20AGROECOLOGICA%20-%20E-BO OK%20VIRTUAL%20-%20SAIDA%2004.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-09/CADERNETA%20AGROECOLOGICA%20-%20E-BO%20OK%20VIRTUAL%20-%20SAIDA%2004.pdf).
 13. <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-e-os-quintais-sistematizacao-da-producao-das-mulheres-rurais-no-brasil-292.pdf>
 14. <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf>
 15. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Rede Bancários, 2019.
- ALVES, Maria Odete. O Agroamigo e o público potencial do PRONAF B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, jul. 2015, p. 161-176.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa Scielo, v. 37, n.132, set./dez. 2007, p. 595-609.
- NERI, Marcelo. Insegurança alimentar no Brasil – Pandemia, tendências e comparações internacionais. FGV Social. Rio de Janeiro/RJ, 2022, pdf. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>. Acesso em: 7 jun.2022.
- SIQUEIRA, Ana Elizabeth. A caderneta agroecológica enquanto metodologia inclusiva, reparadora e produtiva. In: Cadernetas Agroecológicas: a revolução silenciosa das guardiãs da Sociobiodiversidade. 1ª ed., Governo da Bahia, Feira de Santana/BA, 2021, p. 10/12.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. O trabalho da mulher na agricultura familiar. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra; COSTA, Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera Lúcia (Orgs). Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade. SNMT/CUT Brasil, NEIM/UFBA, SOS Corpo, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, CUT, 2007, p. 151-165.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o rural brasileiro. Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas, UFCG/Campina Grande, v.23, n. 1 e 2, jan. a dez. 2004, p. 82-98.





Investindo nas populações rurais

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

Via Paolo di Dono, 44, 00142 Roma RM, Italy

Tel +39 06 54592012

Ifad@ifad.org

www.ifad.org

facebook.com/IFAD

instagram.com/IFADnews

linkedin.com/company/IFAD

twitter.com/IFAD

youtube.com/IFADTV

ISBN 978-92-9266-296-7

